

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 003/2021

**CONCESSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, OPERAÇÃO,
MANUTENÇÃO, MONITORAÇÃO, CONSERVAÇÃO, AMPLIAÇÃO
DA CAPACIDADE E MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE SERVIÇO DO
SISTEMA RODOVIÁRIO DO LOTE SUL DE MINAS GERAIS**

SUMÁRIO

PARTE I – PREÂMBULO	3
PARTE II – DEFINIÇÕES	4
PARTE III – DO OBJETO	11
1. Objeto da Concorrência	11
PARTE IV – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A CONCORRÊNCIA	13
2. Aquisição e Consulta ao Edital e Acesso às Informações	13
3. Visita Técnica	14
4. Esclarecimentos e Impugnação ao Edital	16
PARTE V – REGULAMENTO DA CONCORRÊNCIA	19
5. Condições de Participação	19
6. Forma de Apresentação dos Documentos	23
7. Garantia de Proposta e Documentos de Representação	27
8. Representantes das Licitantes	35
9. Documentos de Habilitação	37
10. Proposta Econômica	50
11. Comissão Especial de Licitação	52
12. Recebimento dos Envelopes e Sessão Pública	54
13. Análise dos Documentos de Habilitação	61
14. Recursos Administrativos	62
15. Homologação, Adjudicação e Assinatura do Contrato	63
16. Foro	70
PARTE VI – ANEXOS	70

PARTE I – PREÂMBULO

O **Estado de Minas Gerais**, por intermédio da **Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA**, torna público pelo presente **Edital** de Concorrência Internacional nº 003/2021, os critérios e condições para a seleção e contratação de concessão para prestação dos serviços públicos de exploração da infraestrutura, operação, manutenção, monitoração, conservação, ampliação da capacidade e manutenção do Nível de Serviço do Lote Sul de Minas Gerais, composto pelos trechos descritos no **Programa de Exploração da Rodovia – PER**.

A presente **Concorrência** será regida pelas regras previstas neste **Edital** e nos seus **Anexos**, bem como pelas disposições da Lei Federal 11.079/2004 e, subsidiariamente, pela Lei Estadual nº 12.219/1996, pela Lei de Concessões nº 8.987/1995, Lei nº 9.074/1995 e, também subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, e demais normas vigentes sobre a matéria.

Na forma prevista nos arts. 191 e 193, II, da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, fica registrada a opção pela não aplicação da nova lei de licitações, mas sim pela aplicação da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

As condições e os procedimentos desta concessão de serviços foram aprovados pelo Conselho de Desestatização – CMD, conforme 4ª Reunião Ordinária do CMD, realizada em 28 de maio de 2020, nos termos do Decreto nº 47.766/2019.

A presente Concorrência foi precedida de Consulta Pública e Audiência Pública, nos termos do art. 39 da Lei Federal nº 8.666/1993, devidamente divulgada na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, nos jornais de grande circulação O Tempo e Folha de São Paulo, bem como nos endereços eletrônicos www.infraestrutura.mg.gov.br e www.parcerias.mg.gov.br, ficando aberta ao público pelo período de 19/06/2021 a 03/08/2021, com sessões de Audiência Pública realizadas nos dias 14/07/2021, 15/07/2021, 16/07/2021 e 19/07/2021.

O critério de julgamento da melhor proposta econômica será a combinação do critério de menor valor da **Contraprestação** a ser paga pelo **Poder Concedente** com o menor **Valor de Tarifa de Pedágio**, nos termos do art. 12, II, *caput* e alínea *a*, da Lei 11.079/2004, combinado com o art. 15, I, da Lei 8.987/1995. As propostas e demais documentos necessários à participação na

Concorrência serão recebidos entre as 09:00 horas e 12:00 horas do dia 03 de agosto de 2022, na sede da B3 S.A., no endereço Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP. A abertura das propostas será realizada em **Sessão Pública** a iniciar-se em 08 de agosto de 2022, às 16 horas, na sede da **B3 S.A.**

O Edital da presente concessão, seus anexos, bem como todas as informações, estudos e projetos disponíveis sobre o **Sistema Rodoviário** poderão ser obtidos no sítio eletrônico da **SEINFRA**, <http://www.infraestrutura.mg.gov.br> e www.parcerias.mg.gov.br/, incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas para tanto neste **Edital**.

PARTE II – DEFINIÇÕES

Para os fins do presente **Edital**, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

- (i) **Acionista(s):** empresa(s) participante(s) do capital social da **SPE**;
- (ii) **Adjudicatária: Licitante** à qual foi adjudicado o objeto desta **Concorrência**;
- (iii) **Anexo:** cada um dos documentos anexos a este **Edital**;
- (iv) **Anexo da Minuta do Contrato:** cada um dos documentos anexos à **Minuta do Contrato**;
- (v) **B3:** B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, com endereço na Rua XV de Novembro, nº 275 – Centro, São Paulo/SP, CEP 01010-901, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização do certame;
- (vi) **BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com sede em Brasília/DF e escritório central na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP



20031-917, inscrito no CNPJ/ME nº 33.657.248/0001-89, na condição de responsável pela execução e pelo acompanhamento do processo de desestatização, bem como na condição de contratante dos serviços técnicos que subsidiaram a estruturação do objeto desta **Concessão**;

- (vii) **Coligada:** sociedade submetida à influência significativa de outra sociedade, assim entendido o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la, presumindo-se influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;
- (viii) **Comissão Especial de Licitação:** comissão instituída pelo **Poder Concedente**, que será responsável por examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à **Concorrência**;
- (ix) **Concorrência:** procedimento licitatório realizado para outorga do serviço público objeto da **Concessão**;
- (x) **Concessão:** vínculo jurídico por meio do qual a **Concessionária** assume, por delegação do **Poder Concedente**, a exploração da infraestrutura, operação, manutenção, monitoração, conservação, ampliação da capacidade e manutenção do Nível de Serviço do **Sistema Rodoviário**, conforme especificações e condições constantes do **Contrato** e de seus **Anexos**;
- (xi) **Concessionária: SPE**, nos termos definido no Item (xlix) abaixo, cuja finalidade exclusiva é a de executar o objeto do **Contrato**;
- (xii) **Consórcio:** grupo de empresas solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes da presente **Concorrência** e vinculadas por meio de Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, nos moldes do Item 10.6 deste **Edital**;
- (xiii) **Conta da Contraprestação:** conta bancária de titularidade do

Poder Concedente, a ser movimentada exclusivamente por **Banco Depositário**, exclusivamente para o repasse da contraprestação devida pelo **Poder Concedente**;

- (xiv) **Contrato:** o **Contrato de Concessão**, incluídos seus **Anexos**, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, e a **Concessionária**;
- (xv) **Contraprestação:** obrigação pecuniária devida pelo **Poder Concedente** à **Concessionária**, na modalidade de aporte, na forma do art. 6º, § 2º, da Lei 11.079/2004, para a realização de obras.
- (xvi) **Controlada:** qualquer pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar na qual a **Controladora**, diretamente ou através de outras **Controladas**, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores da **Controlada**, nos termos do art. 243, § 2º, da Lei Federal nº 6.404/1976;
- (xvii) **Controladora:** qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento que exerça **Controle** sobre outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar;
- (xviii) **Controle:** o poder, detido por pessoa ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, que, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente: (i) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme o caso; e/ou (ii) efetivamente dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de órgãos de outra pessoa jurídica, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar;
- (xix) **Cronograma Original de Investimentos – COI:** Documento apresentado pela **Adjudicatária**, como condição para a assinatura do **Contrato**, em que se apresenta o cronograma físico-executivo das obras e investimentos definidos no **PER**,

contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos investimentos indicados, considerando os prazos iniciais e finais de conclusão das obras ali previstas que foram definidos com base no **EVTEA** e no **Contrato**;

- (xx) **Data de Eficácia:** data de publicação do extrato do **Contrato** no **DOEMG**, imediatamente após implementadas as condições de eficácia previstas no Contrato;
- (xxi) **Data para Recebimento dos Envelopes:** entre as 09:00 horas e 12:00 horas do dia 03 de agosto de 2022, ocasião que deverão ser entregues pelas **Licitantes** todos os documentos necessários à sua participação na **Concorrência**, na sede da **B3 S.A.**, em Rua XV de Novembro, 275, Centro, São Paulo/SP;
- (xxii) **DER/MG:** Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais;
- (xxiii) **Documentos de Habilitação:** conjunto de documentos arrolados no Item 10 deste **Edital**, a ser obrigatoriamente apresentado pelas **Licitantes**, destinado a comprovar sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como qualificação técnica e econômico-financeira;
- (xxiv) **DOEMG:** Diário Oficial do Estado de Minas Gerais;
- (xxv) **Edital:** o presente **Edital** de **Concessão** nº 003/2021 e todos os seus **Anexos**;
- (xxvi) **Ente Regulador:** a Comissão de Regulação de Transportes, nos termos da Resolução Conjunta SEINFRA/DER nº 004, de 5 de abril de 2021, e, após sua criação, a Agência Reguladora que sucederá a Comissão, nos termos do art. 12 dessa Resolução Conjunta;
- (xxvii) **EVTEA:** Estudo de Viabilidade Técnica, Econômico-financeira e Ambiental, que servirá de base para a elaboração do



Cronograma Original de Investimentos – COI, e que apresenta os **Valores para Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato**, que serão utilizados para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

- (xxviii) **FUNTRANS:** Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes;
- (xxix) **Garantia de Proposta:** a garantia de cumprimento da **Proposta Econômica** a ser apresentada pelas **Licitantes**, nos termos deste **Edital**;
- (xxx) **Garantia de Execução:** a garantia do fiel cumprimento das obrigações do **Contrato**, a ser prestada pela **Concessionária** nos termos definidos na **Minuta de Contrato**;
- (xxxi) **IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- (xxxii) **Investimentos pré-autorizados:** obras de ampliação de capacidade e melhorias cujos requisitos foram preliminarmente aprovados pelo **Poder Concedente** e que poderão ter a autorização expressa de forma unilateral, mediante ato do **Poder Concedente** e reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**;
- (xxxiii) **IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo **IBGE**;
- (xxxiv) **Licitante(s):** qualquer sociedade empresarial, fundo de investimento, instituição financeira, entidade aberta ou fechada de previdência complementar ou consórcio participante da **Concorrência**;
- (xxxv) **Manual de Procedimentos:** documento elaborado pela **B3 S.A.**, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de **Garantia de Proposta**, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinentes à realização do certame, observadas



as regras deste Edital;

- (xxxvi) **Minuta de Contrato:** a minuta de Contrato, que constitui o **Anexo 19 – MINUTA DE CONTRATO** deste **Edital**;
- (xxxvii) **Partes Relacionadas:** com relação à **Concessionária**, qualquer pessoa **Controladora**, **Coligada** ou **Controlada**, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis vigentes;
- (xxxviii) **Participante(s) Credenciada(s):** sociedades corretoras habilitadas a operar na **B3** contratadas pelas **Licitantes**, por meio de contrato de intermediação, para representá-las em todos os atos relacionados à **Concorrência** junto à **B3**;
- (xxxix) **PER:** Programa de Exploração da Rodovia constante do **Anexo 2 – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA** da **Minuta de Contrato**, que abrange todas as condições, metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias e especificações mínimas que determinam as obrigações da **Concessionária**;
- (xl) **Poder Concedente:** o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade;
- (xli) **Prazo da Concessão:** prazo original de 30 anos, contados a partir da **Data de Eficácia**, durante o qual haverá prestação do objeto contratual por parte da **Concessionária**, nos termos da **Minuta do Contrato**;
- (xlii) **Prazo do Contrato:** prazo de vigência do **Contrato**, que se inicia na data de sua publicação no **DOEMG** e se encerra após comprovado recebimento dos pagamentos a que refere a Cláusula 48 da **Minuta do Contrato**;
- (xliii) **Profissional Qualificado:** profissional, de nível superior, a ser responsável tecnicamente pela prestação dos serviços concernentes à **Concessão** objeto da **Concorrência**;



- (xliv) **Proposta Econômica:** o documento contendo o valor da **Contraprestação** e o **Valor de Tarifa de Pedágio** ofertados pelas **Licitantes** no âmbito da **Concorrência**, na data base de outubro de 2021;
- (xlv) **Receitas Acessórias:** quaisquer receitas complementares, acessórias, alternativas e de projetos associados, caracterizadas por fontes que não sejam provenientes da arrecadação de pedágio e de aplicações financeiras, como, por exemplo, ocupação da faixa de domínio etc., exploradas com base na legislação pertinente;
- (xlvi) **Representante(s) Credenciado(s):** pessoas autorizadas a representar as **Licitantes** em todos os documentos relacionados à **Concorrência**, exceto nos atos praticados junto à **B3 S.A.**;
- (xlvii) **SEINFRA:** Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais;
- (xlviii) **Sessão Pública:** sessão pública a iniciar-se em 08 de agosto 2022, às 16:00 horas, conforme o rito previsto neste **Edital**;
- (xlix) **SPE:** sociedade de propósito específico, a ser constituída pela **Licitante** vencedora, nos termos do **Edital** e da **Minuta de Contrato**, sob as formas de sociedade por ações, que celebrará o **Contrato** com o **Poder Concedente**, por intermédio da **SEINFRA**;
- (I) **Sistema Rodoviário:** área da **Concessão**, composta pelos trechos descritos no **Anexo 2** da **Minuta do Contrato**, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à **Concessão**;

- (li) **SUSEP:** Superintendência de Seguros Privados;
- (lii) **Tarifa Básica de Pedágio ou TBP:** valor expresso em 5 (cinco) casas decimais, correspondente ao valor básico da Tarifa de Pedágio para a categoria 1 de veículos prevista na **Minuta de Contrato**, de R\$ 8,32294, referenciado a outubro de 2021, correspondente a uma tarifa de pedágio de R\$ 0,14656/km;
- (liii) **Tarifa de Pedágio ou TP:** tarifa de pedágio a ser efetivamente cobrada dos **Usuários**;
- (liv) **Usuários:** os usuários da Rodovia;
- (lv) **Valor de Contraprestação:** valor ofertado pela **Licitante** para exploração da Concessão, nos termos do art. 12, II, *caput* e alínea a, da Lei 11.079/2004, expresso em 2 (duas) casas decimais e que não poderá ser superior a R\$ 438.850.000,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões oitocentos e cinquenta mil reais), referenciada a outubro de 2021.
- (lvi) **Valor de Tarifa de Pedágio:** valor ofertado pela **Licitante** correspondente ao deságio incidente sobre a **Tarifa Básica de Pedágio**, nos termos do art. 12, II, da Lei Federal nº 11.079/1994 combinado com o artigo 15, inciso I, da Lei Federal nº 8.987/1995, expresso em 5 (cinco) casas decimais e que não poderá exceder o disposto no Item (lii).

PARTE III – DO OBJETO

1. Objeto da Concorrência

- 1.1. Constitui objeto da **Concorrência** a seleção da melhor proposta, a partir dos critérios estabelecidos neste **Edital**, para a exploração da infraestrutura, operação, manutenção, monitoração, conservação, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do **Sistema Rodoviário**, conforme as especificações constantes do



Anexo 2 – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA da Minuta de Contrato, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas na **Minuta do Contrato** e nos **Anexos do Edital** e do **Contrato**.

- 1.1.1. As especificações e as condições das obras, dos serviços e das atividades integrantes do objeto do **Contrato** encontram-se detalhadas no **Anexo 2 – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DA RODOVIA da Minuta de Contrato**.
- 1.2. O **Prazo da Concessão** será de 30 (trinta) anos, contados da **Data de Eficácia** do **Contrato**, prorrogável por igual período, conforme art. 5º da Lei Estadual nº 12.219/1996 e nos termos estabelecidos na **Minuta de Contrato**.
 - 1.2.1. Para todos os efeitos deste **Edital** e do **Contrato**, a **Data de Eficácia** é aquela em que, após implementadas as condições para eficácia do **Contrato** referidas na Cláusula 7.1.1 da **Minuta de Contrato**, for publicada o extrato do **Contrato** no **DOEMG**
- 1.3. O valor estimado do **Contrato** é de R\$ 2.011.413.383,35 (dois bilhões onze milhões quatrocentos e treze mil trezentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos), na data base de outubro de 2021, correspondente ao valor presente líquido da projeção das receitas a serem auferidas pela **Concessionária** durante o **Prazo da Concessão**.
 - 1.3.1. O valor estimado do **Contrato** é uma estimativa meramente referencial, não podendo ser invocado pelo **Licitante** para quaisquer fins, tampouco pela **Concessionária** para embasar pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 1.4. A remuneração da **Concessionária** será composta pela receita advinda da cobrança da **Tarifa de Pedágio** e pelas **Receitas Acessórias**, conforme regramento do **Contrato**.
- 1.5. Será devida **Contraprestação** pecuniária pelo **Poder Concedente**, na modalidade aporte para a realização de obras, nos termos do art. 6º,

caput e § 2º, da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, cujo montante corresponderá ao da proposta vencedora, apresentada pela **Adjudicatária**.

1.5.1. O repasse da **Contraprestação** será feito em conformidade com o cronograma e os marcos definidos no **Anexo 14** do **Contrato**, observado o disposto no **Anexo 8** do Contrato.

1.5.2. O repasse será feito por transferência dos recursos depositados na **Conta da Contraprestação**.

PARTE IV – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A CONCORRÊNCIA

2. Aquisição e Consulta ao Edital e Acesso às Informações

2.1. O **Edital** da presente **Concorrência**, seus **Anexos**, bem como todas as informações, estudos e projetos disponíveis sobre a Concessão poderão ser obtidos no sítio eletrônico www.infraestrutura.mg.gov.br e www.parcerias.mg.gov.br.

2.2. A **SEINFRA** não se responsabilizará por planilhas e formulários e demais informações, estudos e projetos disponíveis sobre a **Concessão** obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do especificado neste **Edital**.

2.3. A obtenção do **Edital** não será condição para participação na **Concorrência**, sendo imprescindível, para tanto, o conhecimento e a aceitação, pelas **Licitantes**, de todos os seus termos e condições, por meio da apresentação de declaração nos termos do **Anexo 6 – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE CARÁTER GERAL**.

2.4. As **Licitantes** são responsáveis pela análise direta das condições do **Sistema Rodoviário**, bem como de todos os dados e informações necessárias à exploração da **Concessão**.

- 2.4.1. Os estudos, informações, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao **Sistema Rodoviário** e disponibilizados pela **SEINFRA**, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da **Concessão**, não apresentando, perante as **Licitantes**, caráter vinculativo ou gerando qualquer responsabilidade por parte da **SEINFRA** perante as **Licitantes** ou perante a futura **Concessionária**.
- 2.5. Os interessados são responsáveis pelo exame e ciência de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à **Concorrência** e à **Concessão**, bem como pela análise direta das condições do **Sistema Rodoviário** e de todos os dados e informações sobre a exploração da **Concessão**.
- 2.6. As **Licitantes** arcarão com os respectivos custos e despesas que incorrerem para a realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos, para participação na **Concorrência** ou relativos ao processo de contratação.
- 2.7. A documentação fornecida pela **SEINFRA** exclusivamente às **Licitantes** não poderá ser reproduzida, divulgada e utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos no **Edital**.
- 2.8. No caso de divergência entre as versões em Português e Inglês deste **Edital** e de seus **Anexos** ou dos documentos relacionados à **Concessão**, prevalecerá a versão em Português.
- 2.9. Em caso de divergência, os termos, disposições e condições do **Edital** prevalecem sobre as disposições dos **Anexos**.

3. Visita Técnica

- 3.1. Observado o disposto neste Item 3, é facultado às **Licitantes** realizar visitas ao local da execução do objeto do **Contrato**, com a finalidade

de vistoriá-lo, sendo que as visitas serão agendadas por solicitações apresentadas por correspondência eletrônica encaminhada ao endereço de e-mail lotesrodoviaros@infraestrutura.mg.gov.br, com o título “Visita Técnica Edital de Concessão nº 003/2021 (Lote Sul de Minas Gerais)”.

- 3.1.1. A **Licitante**, quando da visita física para a realização da vistoria técnica, deverá estar munida de 2 (duas) vias da Solicitação de Visita Técnica, elaborada de acordo com o **Anexo 4 – MODELO DE SOLICITAÇÃO DE VISITA TÉCNICA** deste **Edital**, devendo o representante da **Licitante** assiná-lo, e solicitar a assinatura do servidor do órgão licitante responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida, devendo ser entregue pela **Licitante** em conjunto com os documentos de habilitação.
- 3.1.2. A solicitação de visita técnica deve conter a indicação e qualificação de até 5 (cinco) representantes da empresa interessada para a realização da visita.
 - 3.1.2.1. Deverá ser disponibilizado ao **Poder Concedente** cópia do documento comprobatório da relação de representação entre a **Licitante** e o representante designado para participar da visita técnica.
- 3.1.3. Recebida a correspondência eletrônica e preenchidos os requisitos indicados neste **Edital**, será encaminhado e-mail ao interessado para agendamento de data e horário da visita técnica, que deverá ser acompanhada por funcionários do **Poder Concedente** ou por ele designados.
- 3.1.4. As visitas técnicas deverão ser realizadas após a data de publicação deste **Edital**, até a data estabelecida no cronograma para o recebimento da documentação prevista no Item 6.1 deste **Edital**.
- 3.1.5. A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus da **Licitante**, com vistas à elaboração

precisa e técnica de sua **Proposta Econômica**, mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, a **Licitante** resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da **Licitação**, deverá apresentar declaração conforme modelo constante do **Anexo 5 – DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA**, e, caso vitoriosa no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do **Contrato**, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual.

4. Esclarecimentos e Impugnação ao Edital

4.1. Caso qualquer interessado necessite de esclarecimentos complementares, deverá solicitá-los ao **Poder Concedente**, aos cuidados da Comissão Especial de Licitação, no prazo indicado no Item 13.1 deste **Edital**, por e-mail para o endereço lotesrodoviarior@infraestrutura.mg.gov.br, contendo arquivo, em formato “.doc” ou “.docx”, com as questões formuladas conforme o modelo integrante do **Anexo 2**.

4.1.1. Todos os pedidos de esclarecimentos serão considerados efetuados na data de seu recebimento, exceto se o pedido se der após às 17h30 (dezesete horas e trinta minutos, horário de Brasília).

4.1.2. Os pedidos de esclarecimentos feitos após às 17h30 (dezesete horas e trinta minutos, horário de Brasília) serão considerados efetuados, para todos os efeitos, inclusive para a conferência de tempestividade, no dia útil imediatamente posterior.

4.2. A **Comissão Especial de Licitação** não responderá questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto no subitem anterior.

4.3. As respostas da **Comissão Especial de Licitação** aos referidos

esclarecimentos complementares serão divulgadas no sítio eletrônico <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/> sem identificação da fonte do questionamento.

4.4. Todas as respostas da **Comissão Especial de Licitação** aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos deste item constarão de ata, que será parte integrante deste **Edital**, e serão disponibilizadas no prazo previsto no Item 13.1 deste **Edital**, ou, na hipótese de alteração da data de entrega das propostas, no prazo máximo de 7 (sete) dias antes da data fixada para a entrega dos documentos da **Concorrência**.

4.4.1. Não havendo solicitações de esclarecimentos, presumir-se-á que as informações e os elementos disponibilizados neste **Edital**, **Minuta de Contrato** e em seus **Anexos** são suficientes para permitir a elaboração da **Proposta Econômica** e a apresentação dos documentos de habilitação e, conseqüentemente, para participação da **Concorrência**, razão pela qual não serão admitidos questionamentos posteriores à data fixada no Item 13.1

4.5. Sob pena de decadência do direito, eventual impugnação ao Edital deverá ser encaminhada ao e-mail lotesrodoviaros@infraestrutura.mg.gov.br em até 5 (cinco) dias úteis antes da **Data para Recebimento dos Envelopes**, quando apresentada por qualquer cidadão, e em até 2 (dois) dias úteis antes da mencionada data, quando apresentada por **Licitante**.

4.5.1. Todas as impugnações serão consideradas apresentadas na data de seu recebimento, exceto se o pedido se der após às 17h30 (dezesete horas e trinta minutos, horário de Brasília).

4.5.2. As impugnações apresentadas após às 17h30 (dezesete horas e trinta minutos, horário de Brasília) serão consideradas apresentadas, para todos os efeitos, inclusive para a conferência de tempestividade, no dia útil imediatamente posterior.

- 4.6. As impugnações ao **Edital** deverão ser dirigidas ao presidente da **Comissão Especial de Licitação**, nos prazos mencionados no Item 4.5 deste **Edital**, observadas as condições legais pertinentes.
- 4.7. A apresentação de impugnação não impedirá a participação do interessado na **Concorrência**.
- 4.8. Somente aqueles que manifestarem interesse por meio do e-mail loterodovarios@infraestrutura.mg.gov.br, com título “Cadastro de Interessado – Lote Sul de Minas Gerais” com a devida identificação do (i) nome/razão social; (ii) nacionalidade/país onde sediado; (iii) profissão/objeto social; (iv) RG e CPF/CNPJ; (v) endereço; (vi) telefones e correio eletrônico para contato, possuem a garantia de que:
- i. Serão comunicados diretamente, via e-mail, dos atos da **Licitação**;
 - ii. Serão comunicados diretamente, via e-mail, dos esclarecimentos prestados acerca deste **Edital**;
 - iii. Receberão cópia do ato administrativo que proceder à eventual modificação deste **Edital**, se for o caso; e
 - iv. Receberão, por e-mail, demais comunicados com conteúdo importante que seja pertinente à **Licitação**.
- 4.9. O **Poder Concedente** poderá, por iniciativa própria ou como consequência de respostas formuladas diante dos pedidos de esclarecimentos ou de impugnações, modificar o presente **Edital**, a qualquer tempo, mediante errata, a ser publicada no **DOEMG**.
- 4.10. Caso a alteração no **Edital** afete inquestionavelmente a formulação da Proposta Econômica, nos termos do artigo 21, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93, o **Poder Concedente** modificará a data da **Sessão Pública** de prevista no preâmbulo do **Edital**, informando as **Licitantes**, por meio de publicação no **DOEMG**. Nesta hipótese, ficam igualmente prorrogados o prazo de Visita Técnica e de solicitação de esclarecimentos.

PARTE V – REGULAMENTO DA CONCORRÊNCIA

5. Condições de Participação

5.1. Poderão participar da **Concorrência** sociedades empresariais, fundos de investimentos, instituições financeiras e entidades de previdência complementar, brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em consórcio, que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste **Edital**.

5.1.1. Serão admitidas na presente **Concorrência** as entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e fundos de investimentos.

5.2. Não poderão participar da **Concorrência**, isoladamente ou em consórcio:

5.2.1. pessoa jurídica declarada inidônea por ato do Poder Público;

5.2.2. pessoa jurídica impedida ou suspensa de participar de licitação ou contratar com a Administração Pública;

5.2.3. pessoa jurídica que tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

5.2.4. pessoa jurídica cujo(s) dirigente(s) ou responsável(is) técnico(s) seja(m) ou tenha(m) sido ocupante(s) de cargo efetivo ou emprego na **SEINFRA** ou no **BNDES**, ou ocupante(s) de cargo de direção, assessoramento superior ou assistência intermediária do Estado de Minas Gerais nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do **Edital**;

5.2.5. pessoa jurídica que tenha sócio majoritário ou sócio administrador condenado pela prática de crime contra a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 23.451, de 24 de outubro

de 2019;

- 5.2.6. pessoa jurídica inscrita no Cadastro de Fornecedores impedida de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Estadual n.º 13.994, 18 de setembro de 2001;
- 5.2.7. pessoa jurídica que se encontre em processo de falência, autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou intervenção, nos termos do artigo 31, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993; salvo se comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;
- 5.2.8. pessoa jurídica que tenha sido proibida de participar de licitações promovidas pela Administração Pública, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011;
- 5.2.9. pessoa jurídica que tenha sido proibida de contratar com a Administração Pública, em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, após o trânsito em julgado da sentença.
- 5.2.10. pessoa jurídica que, isoladamente ou em consórcio, tenha participado direta ou indiretamente dos estudos de modelagem e elaboração do **Edital** e do **Contrato** na qualidade de consultores ou seus subcontratados ou da qual o autor do projeto básico ou executivo seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 5.3. A participação na **Concorrência** implica integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do **Edital** e de seus **Anexos**, da **Minuta de Contrato** e dos **Anexos da Minuta de Contrato**, bem como das demais normas aplicáveis à **Concorrência**.

- 5.4. Caso a **Licitante** participe da **Concorrência** por meio de **Consórcio**, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no **Edital**:
- 5.4.1. cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira contidas no Item 10 deste **Edital**;
- 5.4.2. as exigências de qualificação técnica deverão ser atendidas pelo **Consórcio**, por intermédio de qualquer dos consorciados, isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos consorciados, onde aplicável;
- 5.4.3. a desclassificação e a inabilitação de qualquer consorciado, acarretará a automática desclassificação/inabilitação do **Consórcio**;
- 5.4.4. não há limite de número de consorciados para formação do **Consórcio**;
- 5.4.5. nenhuma **Licitante** poderá participar de mais de um **Consórcio**, ainda que por intermédio de suas **Coligada(s)**, **Controladora(s)**, **Controlada(s)**, ainda que com porcentagens distintas, sob pena de desclassificação do certame, não importando a fase em que vier a ser revelado;
- 5.4.6. caso uma **Licitante** participe de um **Consórcio**, ficará ela impedida de participar isoladamente da **Concorrência**;
- 5.4.7. não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciados até a assinatura do **Contrato**, tampouco a alteração na proporção de participação dos consorciados;
- 5.4.8. é permitida a participação de **Consórcio** formado exclusivamente por empresas estrangeiras;
- 5.4.9. a responsabilidade solidária dos consorciados cessará, para fins

das obrigações assumidas em virtude da **Concorrência**: (i) no caso de o consórcio ter sido a **Licitante** vencedora, após a assinatura do **Contrato**; e (ii) no caso de o consórcio não ter sido a **Licitante** vencedora, até a assinatura do **Contrato** pela **Licitante** vencedora; e

5.4.10. além de outros documentos exigidos no **Edital**, a participação das **Licitantes** em regime de **Consórcio** fica condicionada à apresentação de compromisso de Constituição de **SPE**, subscrito pelos consorciados, nos termos do Item 10.6 deste **Edital**.

5.5. Caso a **Licitante** seja pessoa jurídica estrangeira, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes neste **Edital**:

5.5.1. As **Licitantes** pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar, tanto para a participação isolada na **Concorrência** como em **Consórcio**, documentos equivalentes aos documentos de habilitação exigidos neste **Edital**, devidamente autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem e traduzidos por tradutor juramentado.

5.5.1.1. As sociedades estrangeiras provenientes de Estados Signatários da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, promulgada no Brasil por meio do Decreto Federal nº 8.660/2016, poderão substituir a autenticação pela autoridade consular, referida no Item 5.5.1 deste Edital, pela aposição de apostila de que trata referida Convenção, quando couber.

5.5.1.2. A documentação referida no item acima e a respectiva apostila deverão ser traduzidas por tradutor juramentado e conter firma reconhecida como verdadeira por notário público.

5.5.2. As **Licitantes** pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar

declaração conforme modelo constante do **Anexo 16 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA** deste **Edital**, certificando a correlação entre os documentos exigidos neste **Edital** e os correspondentes no país de origem, assim como suas validades.

5.5.3. Os documentos de habilitação equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade e exigibilidade.

5.5.4. Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste **Edital** ou de órgão(s) no país de origem que os autentique(m), deverá ser apresentada declaração informando tal fato, por parte da **Licitante**, conforme modelo constante do **Anexo 16 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA** deste **Edital**.

5.5.5. As **Licitantes** responderão civil, administrativa e penalmente pela veracidade das declarações referidas acima.

5.5.6. Considera-se representante legal das **Licitantes** pessoas jurídicas estrangeiras a pessoa legalmente credenciada e domiciliada no Brasil, com poderes expressos, mediante procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida como verdadeira por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representá-la em todas as fases do processo.

5.5.7. A procuração referida no Item 5.5.6 deste **Edital** deverá ser emitida na língua oficial do país de origem da **Licitante**, devidamente consularizada, observado o disposto no Item 5.5.1.1, com tradução juramentada e registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

6. Forma de Apresentação dos Documentos

6.1. Os Envelopes contendo a **Garantia de Proposta**, a **Proposta**



Econômica e os **Documentos de Habilitação** deverão ser (i) entregues na **Data Para Recebimento Dos Envelopes**, na **B3** por representante das Corretoras Credenciadas, munido dos documentos que comprovem seus poderes de representação e (ii) apresentados em 3 (três) volumes lacrados, distintos e identificados em sua capa, da seguinte forma:

ENVELOPE 1 – GARANTIA DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº: 003/2021

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER]

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

[DENOMINAÇÃO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA]
[NOME, TELEFONE E E-MAIL DE CONTATO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA)

ENVELOPE 2 – PROPOSTA ECONÔMICA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº: 003/2021

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER]

[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

[DENOMINAÇÃO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA]
[NOME, TELEFONE E E-MAIL DE CONTATO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA)

ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº: 003/2021

[RAZÃO SOCIAL COMPLETA DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO, INDICANDO SEUS INTEGRANTES E SEU LÍDER]



[NOME, TELEFONE E E-MAIL DO(S) REPRESENTANTE(S)
CREDENCIADO(S)]

[DENOMINAÇÃO DA PARTICIPANTE CREDENCIADA]
[NOME, TELEFONE E E-MAIL DE CONTATO DA PARTICIPANTE
CREDENCIADA)

- 6.2. Cada um dos envelopes da **Garantia de Proposta**, da **Proposta Econômica** e dos **Documentos de Habilitação** deverá ser apresentado separadamente, com todas as folhas numeradas sequencialmente, inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de haver mais de um caderno, da primeira à última folha, de forma que a numeração da última folha do último caderno reflita a quantidade total de folhas de cada volume, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.
- 6.3. Cada via conterà uma página com termo de encerramento próprio, que não será numerada.
- 6.4. Cada um dos volumes da **Garantia de Proposta**, da **Proposta Econômica** e dos **Documentos de Habilitação** deverá ser apresentado em meio eletrônico por meio de pen-drive, em arquivo padrão PDF (Adobe Acrobat), com conteúdo idêntico ao da via apresentada em meio físico.
- 6.5. Caso exista divergência entre as informações prestadas em meio físico e eletrônico, prevalecerão as informações prestadas em meio físico.
- 6.5.1. Na hipótese de divergência entre números e sua expressão por extenso, prevalecerá a forma por extenso.
- 6.6. Para efeitos de apresentação as **Licitantes** deverão apresentar, dentro do Envelope 3, à **Comissão Especial de Licitação** declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da

Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do **Anexo 18 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE** deste **Edital**.

- 6.7. Todas as folhas de cada uma das vias da **Garantia de Proposta**, da **Proposta Econômica** e dos **Documentos de Habilitação** deverão ser rubricadas por um dos **Representantes Credenciados**.
- 6.8. Um dos **Representantes Credenciados** deverá rubricar o lacre de cada um dos envelopes contendo cada um dos volumes indicados no Item 6.1 deste **Edital**, inserindo ao lado da rubrica, de próprio punho, a data e a hora.
- 6.9. Exceto quando expressamente autorizado neste **Edital**, os documentos deverão ser apresentados conforme os modelos constantes do **Edital**, quando houver.
- 6.10. Eventuais falhas na entrega ou defeitos formais nos documentos que façam parte da **Garantia de Proposta**, da **Proposta Econômica** e dos **Documentos de Habilitação** poderão ser sanados de acordo com os termos do Item 12.2.2 deste **Edital**, em prazo a ser estabelecido pela Comissão Especial de Licitação.
- 6.11. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:
 - 6.11.1. todos os documentos que se relacionam à **Concorrência** deverão ser redigidos em língua portuguesa e toda a documentação será compreendida e interpretada de acordo com referido idioma; e
 - 6.11.2. no caso de documentos redigidos em língua estrangeira, deverão estar acompanhados de tradução ao português por tradutor público juramentado e da confirmação de autenticidade emitida pela representação diplomática ou consular do Brasil no país de origem do documento, sem prejuízo da aplicação do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016 e no Item 5.5 deste

Edital.

- 6.12. Fica dispensada a obrigação de reconhecimento de firma nas declarações e autenticação de documentos exigidos das **Licitantes**, observando-se a Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.
- 6.13. Não será admitida a entrega dos documentos da **Concorrência** por via postal ou qualquer outro meio não previsto no Item 6 deste **Edital**.
- 6.14. As **Licitantes** arcarão com todos os custos relacionados à preparação e à apresentação dos volumes de **Garantia de Proposta**, da **Proposta Econômica** e dos **Documentos de Habilitação**, não sendo o **Poder Concedente** e o **Ente Regulador** responsáveis, em qualquer hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na Concorrência ou seus resultados.

7. Garantia de Proposta e Documentos de Representação

- 7.1. A **Garantia de Proposta** deverá ser apresentada no valor de 1% (um por cento) do valor estimado do **Contrato**, no montante de R\$ 20.114.133,83 (vinte milhões cento e quatorze mil cento e trinta e três reais e oitenta e três centavos) e poderá ser prestada por meio de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 7.1.1. O valor referido no Item 7.1 deste **Edital** será atualizado pelo IPCA, com base na sua variação entre outubro de 2021 e dois meses antes data da **Sessão Pública**, conforme informado pela **Comissão Especial de Licitação** no sítio eletrônico <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/>.
- 7.2. A **Garantia de Proposta** deverá ter vigência mínima de 180 (cento e oitenta) dias a contar da **Data para Recebimento dos Envelopes**, devendo ter prorrogado o seu prazo de validade pelo mesmo período, pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, às expensas das próprias **Licitantes**, caso expire antes da data da assinatura do

Contrato, sob pena de desclassificação na presente **Concorrência**, se assim solicitado pela Comissão Especial de Licitação e manifestado interesse da **Licitante** em permanecer no certame licitatório.

- 7.2.1. O valor da **Garantia da Proposta**, na hipótese de renovação, deverá ser reajustado pela variação do índice IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, no período compreendido entre a data-base de outubro de 2021 e o último índice divulgado oficialmente antes da renovação da **Garantia da Proposta**.
- 7.2.2. A manutenção das condições de qualificação da **Licitante** é condicionada à regular renovação da respectiva **Garantia de Proposta**, nos termos previstos no Item 7.2 deste **Edital**.
- 7.3. A **B3** assessorará a **Comissão Especial de Licitação** na análise da regularidade e efetividade das Garantias de Proposta apresentadas de acordo com o **Manual de Procedimentos** da **B3**, cujo resultado será comunicado na data prevista neste **Edital**.
- 7.4. Se a **Licitante** participar isoladamente da **Concorrência**, a **Garantia de Proposta** deverá ser apresentada em nome próprio.
- 7.5. Se a **Licitante** participar da **Concorrência** em **Consórcio**, a **Garantia de Proposta** deverá ser apresentada em nome de um ou mais consorciados e deverá indicar, expressamente, o nome do **Consórcio** e de todas as consorciadas, com suas respectivas participações percentuais, independentemente da **Garantia de Proposta** ter sido prestada por um ou mais consorciados. Nesse caso, é ainda admissível o aporte do montante total devido, segregado entre as consorciadas, as quais poderão optar por uma das modalidades de garantia, sem prejuízo da escolha, pelas demais consorciadas, de modalidade diversa.
- 7.6. Nas modalidades em que há formalização da **Garantia de Proposta** por meio de documentos, tais instrumentos não deverão contemplar excludentes de responsabilidade que impeçam a execução automática e incondicional pelo **Poder Concedente** nas hipóteses descritas neste

Edital como ensejadoras de sua execução, devendo ser atendido ainda o regramento estabelecido no **Manual de Procedimentos da B3 S.A**, que constitui o **Anexo 21** do presente **Edital**.

7.7. A **Garantia de Proposta** deverá ser prestada em benefício do **Poder Concedente**.

7.8. É de integral responsabilidade das **Licitantes** a prova de existência e suficiência da **Garantia de Proposta** prestada para os fins desta **Concorrência**, devendo as **Licitantes** apresentar a documentação necessária para tanto, sob pena de ineficácia da prestação da garantia e demais consequências aplicáveis, inclusive a eventual inabilitação da **Licitante**.

7.8.1. A **Garantia de Proposta** prestada na modalidade de caução em dinheiro deverá ser quitada por meio do pagamento de Documento de Arrecadação Estadual – DAE, em até 24h (vinte e quatro horas) antes da **Data para Recebimento dos Envelopes**, apresentando-se o comprovante de pagamento, sob pena de ineficácia da prestação da garantia.

7.8.1.1. Para o pagamento de que trata a subcláusula 7.8.1, a **Licitante** deverá acessar o endereço eletrônico http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/documentos_arrecadacao/, clicar na opção “Receita de Outros Órgãos”, e seguir os seguintes passos:

- a) selecionar a opção CNPJ no campo “Tipo de Identificação”;
- b) informar o número do CNPJ da **Licitante** no campo “Identificação”;
- c) selecionar a SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE no campo “Órgão Público”;
- d) selecionar a opção RECURSO TESOURO – CAUCAO E GARANTIAS DIVERSAS no campo “Serviço ou Órgão Público”;
- e) clicar e preencher o reCAPTCHA e clicar em continuar;

- f) na próxima página, informar a data de pagamento no campo “Data Pagamento”;
- g) informar o valor da caução no campo “Valor da Receita”;
- h) no campo “Informações Complementares” escrever o seguinte texto: “Garantia da proposta apresentada pela LICITANTE <<nome e CNPJ da LICITANTE>> conforme item 11 do Edital da Concorrência Pública nº 003/2021”;
- i) clicar em continuar, emitir o DAE e efetuar o pagamento.

7.8.2. Para a **Garantia de Proposta** prestada na modalidade de caução em títulos da dívida pública serão aceitos, apenas, Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN), Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional - série C - NTN - C), Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional - série F - NTN-F), Tesouro IPCA+ (Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B Principal) ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B), que deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.

7.8.2.1. A apresentação da **Garantia de Proposta** na modalidade de Caução em Títulos da Dívida Pública será confirmada pela **Comissão Especial de Licitação**, com assessoria da **B3**, digitalmente através de sistema, conforme detalhamento previsto no **Anexo 21 – Manual de Procedimentos da B3**.

7.8.3. A **Garantia de Proposta** apresentada na modalidade de seguro-garantia deverá ser emitida por companhia seguradora nacional ou estrangeira com funcionamento no Brasil, sendo que a apólice deverá estar de acordo com o disposto na circular SUSEP nº 477/2013 e o modelo previsto no **Anexo 7**.

7.8.3.1. As apólices de seguro-garantia deverão iniciar sua vigência 1 (um) dia antes da **Data para Recebimento dos Envelopes**,

de modo a contemplar as 24 (vinte e quatro) horas desta data e atender as normas da SUSEP.

7.8.3.2. Caso a **Garantia de Proposta** apresentada na modalidade de seguro-garantia contemple qualquer cláusula incompatível com as disposições deste **Edital**, inclusive cláusulas limitadoras ou de isenção de responsabilidade, deverá a **Licitante** apresentar declaração, subscrita pela companhia seguradora, informando a inaplicabilidade de tais cláusulas à presente licitação, bem como a validade do seguro-garantia a todas as hipóteses previstas neste **Edital**.

7.8.3.3. A autenticidade de seguros-garantia será verificada nos meios informados na apólice e/ou por outros meios idôneos que permitam a verificação de sua autenticidade.

7.8.4. A **Garantia de Proposta** apresentada na modalidade de fiança bancária deverá ser emitida nos termos do Anexo 8, por instituições financeiras que estejam classificadas entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B”, na escala de rating de longo prazo de ao menos uma das agências de classificação de risco Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poors.

7.8.4.1. Os bancos emissores de fianças bancárias deverão possuir sistema EMVIA para que seja verificada a autenticidade do instrumento, conforme orientações do **Anexo 21 – Manual de Procedimentos da B3**.

7.8.4.2. Não será necessário o envio dos documentos de comprovação de poderes de representação dos signatários das fianças bancárias e seguros garantia, quando as instituições mencionadas acima possuírem cadastro atualizado como emissor de garantias na **B3**, ou, em caso de emissor de seguro-garantia, os poderes do signatário possam ser confirmados no site da SUSEP mediante emissão da certidão dos administradores, conforme orientações do **Anexo 21 –**

Manual de Procedimentos da B3.

7.8.4.3. As instituições bancárias emissoras de fianças bancárias deverão possuir sistema EMVIA para que a **B3 S.A** verifique a autenticidade do instrumento.

7.9. O volume da **Garantia de Proposta** deverá conter, ainda, os documentos de representação referidos no Item 9 deste **Edital**.

7.10. As **Licitantes** que não apresentarem a **Garantia de Proposta** nas condições estabelecidas neste **Edital** estarão impedidas de participar da **Concorrência** e terão os demais documentos devolvidos.

7.11. A **Garantia de Proposta** será devolvida à **Licitante**:

7.11.1. que tiver sido declarada vencedora, em até 15 (quinze) dias após a data de assinatura do **Contrato**;

7.11.2. que não tiver sido declarada vencedora, em até 15 (quinze) dias após a data de assinatura do **Contrato**;

7.11.3. em caso de inabilitação de todas as **Licitantes**, em até 15 (quinze) dias contados da **Sessão Pública**; e

7.11.4. em caso de revogação, suspensão ou anulação do procedimento licitatório, em até 15 (quinze) dias após a publicação da respectiva decisão administrativa ou judicial.

7.12. A **Garantia de Proposta** poderá ser executada em sua integralidade para cobrir o pagamento da multa aplicável nos termos da legislação vigente e deste **Edital**, nas seguintes hipóteses:

7.12.1. A **Licitante** deixar de manter a **Garantia de Proposta** nas condições definidas neste **Edital**;

7.12.2. A **Licitante** solicitar a retirada de sua **Proposta Econômica** durante o período de sua validade;

- 7.12.3. A **Adjudicatária** deixar de cumprir as condições ou de apresentar os documentos exigidos para a celebração do **Contrato**, nos prazos previstos neste **Edital**;
- 7.12.3.1. A **Garantia de Proposta** será executada independentemente de apuração de culpa da **Adjudicatária** no que tange à conduta prevista no item 7.12.3 e/ou o **Contrato** venha a ser celebrado pelos demais classificados, assim como independe da configuração e/ou demonstração de efetivo prejuízo por parte do **Poder Concedente**.
- 7.12.4. A **Adjudicatária** se recusar a assinar o **Contrato** no prazo previsto neste **Edital**; e
- 7.12.5. A **Licitante** praticar ato(s) com a finalidade de frustrar os objetivos da **Concorrência**.
- 7.13. É vedada qualquer modificação nos termos e condições da **Garantia de Proposta** apresentada ao **Poder Concedente**, salvo mediante expressa e prévia anuência deste ente no momento da sua renovação ou para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.
- 7.14. A **Garantia da Proposta**, prestada em qualquer das modalidades previstas neste **Edital**, deverá ser incondicional e não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela **Licitante** e/ou pelos emissores, relativamente à participação nesta **Concorrência**, que não as previstas expressamente em lei ou na regulamentação vigente.

8. Capital social

- 8.1. Antes da assinatura do **Contrato**, a **Adjudicatária** deverá comprovar ao **Poder Concedente**:
- 8.1.1. a subscrição total do capital social da **SPE**, composto de:

a) capital social obrigatório, no valor mínimo de R\$ 47.869.531,24 (quarenta e sete milhões oitocentos e sessenta e nove mil quinhentos e trinta e um reais e vinte quatro centavos);

b) capital social adicional, calculado nos termos do subitem 8.2.1 e 8.2.2.

8.1.2. a integralização em moeda corrente nacional do capital social obrigatório de R\$ 47.869.531,24 (quarenta e sete milhões oitocentos e sessenta e nove mil quinhentos e trinta e um reais e vinte quatro centavos);

8.2. O capital social adicional será calculado com base no percentual de deságio apresentado em relação à **Tarifa Básica de Pedágio**.

8.2.1. A **Concessionária** será obrigada a integralizar capital social adicional a cada ponto percentual de deságio apresentado em relação à **Tarifa Básica de Pedágio**.

8.2.2. O capital social adicional a ser integralizado pela **Concessionária** até o primeiro ano da **Concessão** será calculado de acordo com a seguinte metodologia:

(i) aporte adicional de R\$ 14.400.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais) para cada ponto percentual de deságio apresentado em relação à **Tarifa Básica de Pedágio**.

(ii) no caso de valores de deságio não inteiros, o montante do aporte adicional será calculado proporcionalmente, respeitando-se o estabelecido no inciso (i) do subitem 8.2.2.

8.3. Todos os valores referidos no Item 8 serão atualizados pelo **IPCA**, com base na sua variação entre outubro de 2021 e dois meses antes do mês dos efetivos dispêndios.



9. Representantes das Licitantes

9.1. Representantes Credenciados

9.1.1. Cada **Licitante** poderá ter até 2 (dois) **Representantes Credenciados**.

9.1.2. O volume da **Garantia de Proposta** deverá conter os seguintes documentos para comprovação dos poderes de representação dos **Representantes Credenciados**:

9.1.2.1. no caso de empresas brasileiras, instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da **Licitante**, todos os atos referentes à **Concorrência**, nos moldes do modelo constante do **Anexo 9 – MODELO DE PROCURAÇÃO** deste **Edital**, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou cartório competente). No caso de instrumento público de procuração, fica dispensado o reconhecimento de firma;

9.1.2.2. no caso de **Consórcio**, o instrumento de procuração mencionado acima deverá ser outorgado pela empresa líder, com firma reconhecida, e será acompanhado de (i) procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, nos moldes **Anexo 9 – MODELO DE PROCURAÇÃO** deste **Edital**, com firma reconhecida, (ii) documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme últimas alterações arquivadas nos registros empresariais ou cartórios competentes); e (iii) Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, subscrito pelos consorciados, nos moldes do Item 10.6 deste **Edital**; e

9.1.2.3. no caso de empresa estrangeira, instrumento de procuração outorgado a representante legal residente e domiciliado no Brasil, nos moldes do modelo do **Anexo 10 –**



MODELO DE PROCURAÇÃO DE LICITANTE ESTRANGEIRA deste **Edital**, acompanhado de documentos que comprovem os poderes dos outorgantes (conforme última alteração arquivada no registro empresarial, cartório competente ou exigência equivalente do país de origem) e com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, que deverá ser reconhecida pela representação consular brasileira do país de origem, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e registrados em Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.3. A qualquer momento, as **Licitantes** poderão credenciar representantes, observada a limitação quantitativa e os demais documentos acima indicados, bem como substituir ou revogar credenciamento realizado anteriormente.

9.1.4. Os **Representantes Credenciados** não serão admitidos a intervir nem praticar atos durante a **Concorrência**, tendo em vista que tal representação será exercida exclusivamente pelas **Participantes Credenciadas**.

9.1.5. Os **Representantes Credenciados** deverão firmar todas as declarações e documentos referidos neste **Edital**.

9.1.6. Cada **Representante Credenciado** somente poderá exercer a representação de uma única **Licitante**.

9.2. Participantes Credenciadas

9.2.1. O contrato de intermediação entre a **Participante Credenciada** e a **Licitante**, conforme modelo e orientações do **Anexo 21 – Manual de Procedimentos da B3**, deverá ter uma cópia apresentada juntamente com os documentos referidos no subitem 9.1.2, acompanhado da comprovação dos poderes de seus signatários.

9.2.2. As **Participantes Credenciadas** deverão representar as **Licitantes** junto à **B3**, na entrega de todos os documentos requeridos neste **Edital** – especialmente os volumes da **Garantia da Proposta**, da **Proposta Econômica** e dos **Documentos de Habilitação**, e nos atos da **Sessão Pública**.

9.2.3. Cada **Participante Credenciada** somente poderá exercer a representação de uma única **Licitante** e cada **Licitante** somente poderá estar representada e participar da **Concorrência** por meio de uma única **Participante Credenciada**.

10. Documentos de Habilitação

10.1.A **Licitante** deverá apresentar documentação que comprove sua Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica, nos termos deste **Edital**.

10.2.Em caso de **Consórcio**, cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira.

10.3.As exigências de Qualificação Técnica deverão ser atendidas, em caso de **Consórcio**, por intermédio de qualquer dos consorciados, isoladamente ou mediante somatório de atestados.

A. Habilitação Jurídica

10.4.Para fins de habilitação jurídica, devem ser apresentados os seguintes documentos:

10.4.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado em vigor, conforme última alteração arquivada na Junta Comercial, ou

em cartório de registro competente; caso a última alteração do estatuto social/contrato social não consolide as disposições do estatuto social/contrato social em vigor, deverão também ser apresentadas as alterações anteriores que contenham tais disposições;

10.4.2. prova de eleição/nomeação dos administradores da **Licitante** em exercício, arquivada na Junta Comercial ou em cartório competente, e, no caso de sociedades por ações, das respectivas publicações na imprensa;

10.4.3. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.4.4. Se a **Licitante** for um fundo de investimento, deverá apresentar os seguintes documentos:

- i. comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários, criada pela Lei Federal nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976;
- ii. ato constitutivo com última alteração arquivada perante órgão competente;
- iii. regulamento e alterações, se houver, devidamente registrados no Cartório de Títulos e Documentos, ou na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Ofício Circular nº CVM/SIN 12/2019;
- iv. comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários;
- v. prova de eleição dos representantes do administrador;
- vi. comprovação de que o fundo de investimento se

encontra devidamente autorizado pelos seus cotistas a participar da **Concorrência**, por meio de autorização decorrente da política de investimento do fundo descrita em seu regulamento, e de que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da **Concorrência**, assumindo, em nome do fundo de investimento, todas as obrigações e direitos que dela decorrerem;

vii. comprovação de que a administradora e o fundo não estão em processo de liquidação judicial, mediante certidão expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sua sede, ou de liquidação extrajudicial, mediante comprovante obtido em consulta ao sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

- 10.4.5. Se a **Licitante** for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar a ata que elegeu a administração em exercício, o regulamento em vigor, comprovante de autorização expressa e específica quanto à sua constituição e funcionamento, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração/certidão de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da entidade reguladora.
- 10.4.6. Se a **Licitante** for instituição financeira deverá apresentar, adicionalmente, comprovante de autorização expressa e específica de sua constituição e funcionamento, concedida pela entidade reguladora do setor, bem como comprovação da homologação da eleição do seu administrador.
- 10.5. As **Licitantes** que optarem por apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC, gerado a partir das informações constante do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais – CAGEF, ficarão dispensadas de apresentar os documentos previstos nos Itens 10.4.1 e 10.4.2, desde que estejam atualizados em seu

cadastro.

- 10.5.1. O disposto no Item 10.5 não se aplica às **Licitantes** constituídas sob a forma de fundo de investimentos.
- 10.5.2. Será assegurado às demais **Licitantes** o direito de acesso aos dados da **Licitante** que optar por apresentar Certificado de Registro Cadastral – CRC, no momento da concessão de vistas a ser franqueado quando da abertura da fase recursal.
- 10.6. As sociedades consorciadas deverão apresentar Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, contemplando, no mínimo, as seguintes informações:
- i. denominação do **Consórcio**;
 - ii. qualificação dos consorciados;
 - iii. organização e objetivos do **Consórcio**, a saber, a participação das empresas consorciadas na presente **Concorrência** e, em sendo vencedor, constituir-se em Sociedade de Propósito Específico – SPE, segundo as leis brasileiras, na forma de sociedade anônima, com sede e administração no Brasil, no Estado de Minas Gerais;
 - iv. composição do **Consórcio**, com a indicação do percentual da participação de cada uma das consorciadas;
 - v. indicação da sociedade líder do **Consórcio**;
 - vi. compromisso de que as consorciadas responderão isolada e solidariamente por todas as exigências do instrumento convocatório e pelos atos praticados pelo **Consórcio**, até a assinatura do **Contrato de Concessão**, bem como, na qualidade de futuros acionistas da **SPE**, por todos os atos da **SPE** praticados, ao longo da execução do **Contrato**, até a data

de conclusão da integralização do capital social mínimo da **SPE**, exigido no **Contrato**;

vii. procuração outorgando à sociedade líder poderes expressos, irrevogáveis e irretroatáveis para figurar como única representante legal do **Consórcio** perante a **Comissão Especial de Licitação** e o **Poder Concedente**, com plenos poderes para receber notificações, intimações e citações quanto aos assuntos relativos à **Concorrência** ou ao **Contrato**, bem como para concordar com condições, transigir, recorrer e desistir de recurso, comprometer-se a assinar, em nome do **Consórcio**, quaisquer papéis e documentos relacionados com o objeto da **Concorrência**.

10.7.No caso de **Consórcio**, as declarações exigidas no **Edital** poderão ser assinadas pela sociedade líder, em nome do **Consórcio**, observado o disposto no inciso vii do item anterior.

10.8.Não será admitida a inclusão/exclusão ou a substituição de integrantes de eventual **Consórcio**, até a data de constituição da **SPE**.

10.9.Para **Licitantes** constituídas na forma de fundo de investimentos, o atendimento ao disposto no Item 10.6 deverá considerar a existência de cotistas majoritários, ou de órgão e respectivos membros, com poder de influência para alterar o estatuto do fundo, detentores dos poderes análogos àqueles referidos na Lei Federal n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para fins de identificação do acionista controlador.

B. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.10. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela **Licitante** individual ou cada empresa participante do **Consórcio**:

i. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME);

- ii. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da **Licitante**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou, no caso de a **Licitante** não estar inscrita, declaração própria dessa situação, sob as penas da lei;
- iii. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, mediante apresentação de certidão conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- iv. Certidão de regularidade de débito tributário perante a Fazenda Estadual, inscritos em dívida ativa, do domicílio ou sede da **Licitante**, ou, no caso de a **Licitante** não estar inscrita, declaração própria dessa situação, sob as penas da lei;
- v. Certidão de regularidade de débito tributário perante a Fazenda Estadual de Minas Gerais, inscritos em dívida ativa, ou, no caso de a **Licitante** não estar inscrita, declaração própria dessa situação, sob as penas da lei;
- vi. Certidão de regularidade de débito tributário mobiliário e imobiliário perante a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede da **Licitante**, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou, no caso de a **Licitante** não estar inscrita, declaração própria dessa situação, sob as penas da lei;
- vii. Certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), salvo no caso de **Licitante** constituída sob a forma de Fundo de Investimento em Participações, mediante declaração própria de não estar sujeita a emissão desta certidão, sob as penas da lei; e
- viii. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça

do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

- 10.11. Todas as certidões listadas acima deverão estar dentro do prazo de validade.
- 10.12. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, somente serão aceitas aquelas emitidas até 90 (noventa) dias antes da data de sua apresentação, salvo se outro prazo tiver sido especificado neste **Edital**.
- 10.13. Caso alguma certidão apresentada em conformidade com o Item 10.11 deste **Edital** seja positiva, ou nela não esteja consignada a situação atualizada do(s) débito(s), deverá ser apresentada prova de quitação e/ou certidões que apontem a situação atualizada das ações judiciais e/ou dos procedimentos administrativos arrolados, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data final para o recebimento dos envelopes.
- 10.14. Não serão aceitos comprovantes de solicitação de certidões.
- 10.15. As **Licitantes** que optarem por apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC, gerado a partir das informações constante do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais – CAGEF, ficarão dispensadas de apresentar os documentos previstos no Item 10.10, desde que estejam atualizados em seu cadastro.
- 10.15.1. O disposto no Item 10.15 não se aplica às **Licitantes** constituídas sob a forma de fundo de investimentos.
- 10.15.2. Será assegurado às demais **Licitantes** o direito de acesso aos dados da **Licitante** que optar por apresentar Certificado de Registro Cadastral – CRC, no momento da concessão de vistas a ser franqueado quando da abertura da fase recursal.



C. Qualificação Econômico-Financeira

10.16. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela **Licitante** individual ou cada empresa participante de **Consórcio**:

- i. Certidão negativa de pedido de falência, autofalência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor judicial (varas cíveis) da comarca do município onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à **Data para Recebimento dos Envelopes**. Em se tratando de sociedade não empresarial ou outra forma de pessoa jurídica, certidão negativa expedida pelo distribuidor judicial das varas cíveis em geral da comarca do Município onde a entidade está sediada, relativa à insolvência civil ou execução patrimonial, quando existente, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à **Data para Recebimento dos Envelopes**.
- ii. Balanço patrimonial e respectivo demonstrativo de resultados, já exigível na forma da lei, devidamente aprovados pela assembleia geral ou sócios, conforme o caso, apresentados na forma da lei, vedada a apresentação de balancetes ou balanços provisórios. Serão considerados exigíveis na forma da lei:
 - a. sociedades limitadas deverão apresentar somente os balanços aprovados pela assembleia geral de sócios, e auditados por auditor independente;
 - b. sociedades anônimas fechadas deverão apresentar os balanços aprovados, publicados e auditados por auditor independente; e
 - c. sociedades anônimas abertas deverão apresentar os balanços aprovados, publicados e auditados por auditor independente.
- iii. Para empresas estrangeiras, balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social,

já exigíveis e apresentados na forma da lei do país de origem, ou balanço de abertura, para **Licitantes** que iniciaram suas atividades no ano corrente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, em qualquer caso, acompanhado de análise por auditores independentes. As empresas devem apresentar suas demonstrações contábeis (balanço e demonstrativo de resultados) certificadas por um contador registrado na entidade profissional competente, se a auditoria não for obrigatória pelas leis de seus países de origem.

10.17. Caso a **Licitante** esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

10.18. As **Licitantes** que optarem por apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC, gerado a partir das informações constante do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais – CAGEF, ficarão dispensadas de apresentar os documentos previstos no Item 10.16 desde que estejam atualizados em seu cadastro.

10.18.1. O disposto no Item 10.18 não se aplica às **Licitantes** constituídas sob a forma de fundo de investimentos.

10.18.2. Será assegurado às demais **Licitantes** o direito de acesso aos dados da **Licitante** que optar por apresentar Certificado de Registro Cadastral – CRC, no momento da concessão de vistas a ser franqueado quando da abertura da fase recursal.

D. Qualificação Técnica

10.19. A **Licitante** individual ou o **Consórcio** deverá comprovar a experiência prévia de administração, gestão e operação de rodovias pedagiadas, por no mínimo 12 (doze) meses, com volume de tráfego médio diário anual (VDMa) superior a 2.492 (dois mil quatrocentos e noventa e dois) veículos.

10.20. A comprovação de experiência prévia poderá ser feita mediante a

apresentação de atestado(s) de responsabilidade técnica do(s) profissional(is) qualificado(s) indicado(s) pela **Licitante** ou por certidão(ões) e/ou atestados(s) de aptidão, estes em nome da **Licitante**, ou, no caso de **Consórcio**, de um ou mais consorciados.

- 10.20.1. A comprovação de experiência prévia por uma das formas mencionadas acima atende às exigências de qualificação técnica deste **Edital**.
- 10.20.2. Serão igualmente aceitos, para os fins do item 10.20, atestados emitidos em nome de empresa **Controlada, Controladora, Coligada** ou sob o mesmo controle comum da **Licitante** ou de um ou mais consorciados, em caso de **Consórcio**, ou em nome de empresa matriz estrangeira de filial brasileira, desde que a situação (de sociedade **Controlada, Controladora, Coligada** e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente, e de empresa matriz estrangeira de filial brasileira seja devidamente comprovada e vigore desde data anterior à da publicação do presente **Edital**.
- 10.21. Não há limitação de número de atestados para a comprovação dos quantitativos indicados no Item 10.19.
- 10.22. Os atestados ou certidões de aptidão deverão conter, sem a elas se limitar, as seguintes informações:
- i. objeto;
 - ii. características das atividades e serviços desenvolvidos;
 - iii. datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
 - iv. datas de início e término da participação da empresa no **Consórcio**, quando o atestado tiver sido emitido em nome de **Consórcio**;

- v. descrição das atividades exercidas no **Consórcio**, quando o atestado tiver sido emitido em nome de **Consórcio**;
 - vi. local da realização das atividades e serviços;
 - vii. razão social do emitente; e
 - viii. nome e identificação do signatário.
- 10.23. Os atestados poderão se referir a contratos em andamento, desde que os quantitativos e características técnicas do objeto já realizado sejam compatíveis com o objeto desta **Licitação**.
- 10.24. Os documentos e atestados deverão ser emitidos por entidades públicas ou particulares contratantes do objeto atestado, em papel timbrado do declarante, com identificação de seu representante legal e informações para eventual contato por parte da **Comissão Especial de Licitação**, e devidamente registrados pelos conselhos que regulamentam o exercício das respectivas profissões.
- 10.25. Os atestados de responsabilidade técnica somente serão aceitos se o profissional qualificado possuir vínculo com a **Licitante** no término da data para entrega dos envelopes.
- 10.26. A comprovação do vínculo poderá se dar mediante contrato social, eleição como administrador, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de assistência técnica.
- 10.27. Para comprovar o vínculo por meio da investidura em cargo de administração, a **Licitante** deverá apresentar prova de eleição dos administradores em exercício devidamente arquivada no registro empresarial ou cartório competente.
- 10.28. A comprovação do vínculo ainda poderá se dar mediante carta ou contrato de intenção assinado entre a **Licitante** e o profissional

qualificado, indicando que, em caso de a **Licitante** sagrar-se vencedora, assumirá a obrigação de participar da **Concessão** através de uma das formas de vínculo indicadas no Item 10.26.

10.29. Não é vedado ao profissional qualificado possuir vínculo com mais de uma **Licitante**.

10.30. O profissional detentor do atestado de qualificação técnica apresentado pela **Licitante** poderá ser substituído ao longo da vigência da **Concessão**, observada a disciplina prevista no **Contrato**.

10.31. Na hipótese do item 10.20.2, a **Licitante** deverá comprovar que a empresa detentora do atestado não incorre em nenhuma das restrições de participação na **Licitação** previstas no subitem 5.2 deste **Edital**, devendo, para tanto, apresentar:

- i. Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem, na forma do **Anexo 18 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE** deste **Edital**;
- ii. Certidão negativa a que alude o Item 10.16 (i); e
- iii. Os documentos mencionados no Item 10.10.

10.32. No caso de alterações societárias e de fusão, incorporação ou cisão de empresas, os atestados somente serão considerados se acompanhados de prova documental e inequívoca da transferência definitiva de acervo técnico.

10.33. Não serão considerados válidos quaisquer outros atestados que não sejam decorrentes dos eventos societários acima destacados.

10.34. A veracidade das informações contidas nos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência. Caso a veracidade das informações

sobre a capacidade técnica dos responsáveis técnicos não possa ser comprovada, a **Licitante** será inabilitada, estando sujeita às penalidades previstas neste **Edital**.

E. Declarações

10.35. Os documentos a seguir listados devem ser apresentados pela **Licitante** em papel timbrado e subscrito pelo respectivo representante legal, com os demais **Documentos de Habilitação**:

- i. Declaração de compromisso da **Licitante** de cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo constante do **Anexo 11 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE AO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL** do **Edital**;
- ii. Declaração de que a **Licitante** não se encontra em processo de (i) falência, (ii) autofalência, (iii) liquidação judicial ou extrajudicial, (iv) insolvência, (v) administração especial temporária, (vi) intervenção, (vii) recuperação judicial e (viii) recuperação extrajudicial, salvo se comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme modelo constante do **Anexo 12 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO FALIMENTAR, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL OU REGIME DE INSOLVÊNCIA** do **Edital**.
- iii. Declaração quanto à inexistência de fato impeditivo em participar da **Concorrência**, conforme modelo constante do **Anexo 13 - MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA** do **Edital**.
- iv. Declaração de capacidade financeira constante do **Anexo 14 – MODELO DE CARTA DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA** do **Edital**. A **Licitante** deverá declarar que dispõe

ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e obtenção de recursos de terceiros necessários à consecução do objeto do **Contrato**.

10.36. Em se tratando de **Licitante** estrangeira, adicionalmente aos documentos mencionados no Item 10.35 acima, a **Licitante** estrangeira deverá apresentar declaração de submissão à legislação da República Federativa do Brasil e de renúncia a qualquer reclamação por via diplomática, conforme modelo constante do **Anexo 15 – MODELO DE DECLARAÇÃO FORMAL DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DE RENÚNCIA DE RECLAMAÇÃO POR VIA DIPLOMÁTICA**.

11. Proposta Econômica

11.1.O volume da **Proposta Econômica** deverá conter os seguintes documentos:

11.1.1. Carta de Apresentação da **Proposta Econômica**, devidamente assinada, conforme modelo constante do **Anexo 1 – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA** deste Edital;

11.1.2. Declaração de elaboração independente de **Proposta Econômica**, conforme modelo constante do **Anexo 3 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA ECONÔMICA** deste Edital, devidamente assinado pelo **Representante Credenciado**;

11.2.A **Proposta Econômica** deverá considerar as seguintes premissas:

11.2.1. que a **Proposta Econômica** é vinculante, irrevogável, irretroatável e incondicional;

11.2.2. que não poderão ser incluídos na **Proposta Econômica**

emendas, rasuras, condicionantes, entrelinhas, observações ou notas de rodapé;

- 11.2.3. que a **Proposta Econômica** deve abranger a totalidade do objeto da **Concessão**;
- 11.2.4. todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à exploração da **Concessão**, tal como previsto neste **Edital** e em seus **Anexos**, bem como na **Minuta de Contrato** e nos **Anexos da Minuta de Contrato**;
- 11.2.5. os riscos a serem assumidos pela **Concessionária** em virtude da **Concessão**, descritos neste **Edital** e em seus **Anexos** na **Minuta de Contrato** e nos **Anexos da Minuta de Contrato** e na legislação e regulamentação aplicáveis;
- 11.2.6. as receitas oriundas do recebimento da **Tarifa de Pedágio**;
- 11.2.7. o cronograma e os marcos para desembolso das parcelas da **Contraprestação**, nos termos do **Anexo 14** do **Contrato**, considerando que o repasse das parcelas da **Contraprestação** será feito até o final do mês subsequente ao da comprovação e atestação do atingimento dos marcos;
- 11.2.8. o **Prazo da Concessão**, que será de 30 anos;
- 11.2.9. que todos os investimentos previstos sejam integralmente depreciados e amortizados durante o **Prazo da Concessão**;
- 11.2.10. que os **Investimentos pré-autorizados** não deverão ser considerados para fins de precificação da **Proposta Econômica**;
- 11.2.11. os compromissos de pagamento que condicionam a assinatura do Contrato, em especial os devidos à **B3** e ao **BNDES**;
- 11.2.12. a **Licitante** considerou seus próprios cálculos e estudos para a elaboração da **Proposta Econômica**;

- 11.2.13. poderá considerar, por sua conta e risco, a incidência de eventuais benefícios tributários já instituídos quando da apresentação das propostas, tal como o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, disciplinado pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, sendo que, neste último caso, a consideração do REIDI deve estar expressa na sua proposta, e eventual não obtenção do benefício não acarretará reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**;
- 11.2.14. o valor previsto no **EVTEA** das verbas referidas nas Cláusulas 18.6.1 da **Minuta de Contrato**.
- 11.3. Em sua **Proposta Econômica**, a **Licitante** deverá propor o valor da **Contraprestação** pecuniária a ser desembolsada pelo **Poder Concedente**, na modalidade aporte para a realização de obras, nos termos do art. 6º, *caput* e § 2º, da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e o **Valor de Tarifa de Pedágio**, na forma prevista neste **Edital**.
- 11.4. A **Proposta Econômica** deverá ser válida por 180 (cento e oitenta) dias, contados da **Data para Recebimento dos Envelopes**, e, durante este período, todas as suas condições deverão ser mantidas.
- 11.5. A **Proposta Econômica** deve ter prorrogado o seu prazo de validade pelo mesmo período, pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, caso expire antes da data da assinatura do **Contrato**, sob pena de desclassificação na presente **Concorrência**, se assim solicitado pela **Comissão Especial de Licitação** e manifestado interesse da **Licitante** em permanecer no certame licitatório.

12. Comissão Especial de Licitação

- 12.1. A **Concorrência** será julgada pela **Comissão Especial de Licitação**, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização da **Concorrência**.
- 12.1.1. A **Comissão Especial de Licitação** poderá solicitar auxílio da **B3**, bem como de outros membros do **Poder Concedente**, para

o desempenho de suas atividades.

12.2. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a **Comissão Especial de Licitação** poderá, a seu critério:

12.2.1. solicitar às **Licitantes**, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;

12.2.2. adotar medidas de saneamento de falhas de caráter formal e complementação de insuficiências no curso da **Concorrência**;

12.2.3. promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da **Concorrência**; vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos documentos apresentados pela **Licitante**;

12.2.4. prorrogar os prazos de que trata o **Edital**, em casos de interesse público e de ocorrência de hipóteses de caso fortuito ou força maior; e

12.2.5. na hipótese de alteração do **Edital** e dos seus **Anexos** que afete de forma inequívoca a elaboração da **Proposta Econômica**, alterar (i) a data prevista para entrega da **Garantia de Proposta**, da **Proposta Econômica** e dos **Documentos de Habilitação**, bem como (ii) a data prevista para a abertura dos envelopes e julgamento das propostas, prorrogando-se ou reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

12.3. Qualquer alteração no **Edital** será comunicada no **DOEMG** e nos demais meios utilizados para disponibilização da documentação.

12.4. A recusa injustificada em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pela **Comissão Especial de Licitação**, nos prazos por ela determinados e de acordo com os

termos deste **Edital**, poderá ensejar a desclassificação ou inabilitação da **Licitante**.

13. Recebimento dos Envelopes e Sessão Pública

13.1.A **Concorrência** deverá observar a ordem de eventos indicadas na tabela abaixo:

Evento	Descrição do Evento	Datas
1	Publicação da versão em português do Edital .	15/01/2022
2	Publicação da versão em inglês do Edital .	15/01/2022
3	Prazo para apresentação de pedidos de esclarecimento ao Edital .	Das 08:00 de 15/01/2022 Até às 17h30 de 25/01/2022
4	Prazo para divulgação das respostas da Comissão Especial de Licitação aos pedidos de esclarecimento.	Até 01/07/2022
5	Termo final do prazo para manifestação de interesse na realização de visita técnica	25/07/2022
6	Termo final do prazo para impugnação do Edital .	29/07/2022
7	Decisão da Comissão Especial de Licitação sobre eventuais impugnações apresentadas ao Edital .	02/08/2022
8	Termo final do prazo para realização de visitas técnicas	02/08/2022
9	Recebimento, pela B3 , de todas as vias dos volumes relativos a: (i) Garantia de Proposta; (ii) Proposta Econômica; e (iii) Documentos de Habilitação.	Sessão Pública 03/08/2022 Das 09:00 às 12:00
10	Publicação no sítio eletrônico http://www.infraestrutura.mg.gov.br/ da decisão da	Até 07/08/2022



Evento	Descrição do Evento	Datas
	Comissão Especial de Licitação sobre a aceitação das Garantias de Proposta .	
11	Sessão Pública da Concorrência , a ser realizada na B3 , para abertura das Propostas Econômica das Licitantes cujas Garantias das Propostas tiverem sido aceitas.	Sessão Pública da Concorrência 08/08/2022 Às 16:00
12	Abertura dos Documentos de Habilitação da Licitante cuja Proposta Econômica foi classificada em primeiro lugar.	08/08/2022 Ao término da Sessão Pública da Concorrência
13	Publicação no sítio eletrônico http://www.infraestrutura.mg.gov.br/ da ordem de classificação das Propostas Econômicas .	09/08/2022
14	Publicação da Ata de Julgamento da Concorrência , correndo-se dessa data o prazo para vistas e interposição de eventuais recursos acerca da decisão da Comissão Especial de Licitação .	17/08/2022
15	Finalização do prazo para vistas e interposição de recursos acerca da Ata de Julgamento da Concorrência .	24/08/2022
16	Caso seja(m) interposto(s) recurso(s) administrativo(s), abertura de prazo de 5 (cinco) dias úteis às demais Licitantes , para impugnação do(s) recurso(s) interposto(s).	31/08/2022
17	Publicação no DOEMG e no sítio eletrônico http://www.infraestrutura.mg.gov.br/ da decisão da Comissão Especial de Licitação acerca do(s) eventual(is) recurso(s) administrativo(s) interposto(s).	08/09/2022
18	Homologação do resultado da Concorrência e adjudicação de seu objeto à Licitante vencedora.	A critério do Poder Concedente



Evento	Descrição do Evento	Datas
19	Comprovação de atendimento, pela Adjudicatária , das condições prévias à assinatura do Contrato .	Em até 60 (sessenta) dias contados da data de homologação
20	Intimação para assinatura do Contrato .	A critério do Poder Concedente
21	Assinatura do Contrato .	A critério do Poder Concedente

13.2.Os envelopes mencionados no item 6 deste Edital, deverão ser entregues, presencialmente, na Data para Recebimento dos Envelopes, das 09:00 horas às 12:00 horas, na sede da **B3**, por representantes das Participantes Credenciadas, munidos dos documentos que comprovem seus poderes de representação, observados os requisitos previstos neste Edital e no **Anexo 21 – Manual de Procedimentos da B3**.

13.3.Após a **Data para Recebimento dos Envelopes**, a **Comissão Especial de Licitação**, com a assessoria da **B3**, realizará a abertura e análise dos envelopes contendo a **Garantia da Proposta** de todas as **Licitantes** e divulgará o resultado da análise até o dia 07/08/2022, mediante publicação nos sítios eletrônicos <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/> e <http://www.parcerias.mg.gov.br/>, conforme previsto no evento 11 da tabela acima.

13.4.A **Sessão Pública** será realizada no dia 08/08/2022, às 16:00 horas, na sede da **B3**, ocasião em que serão abertos e analisados os envelopes contendo a **Proposta Econômica** de todas as **Licitantes** que cumpriram os requisitos da **Garantia de Proposta** previstos neste **Edital**, conforme previsto no evento 12 da tabela acima.

13.5.As **Licitantes** classificadas serão aquelas cujas **Propostas Econômicas** atendam à totalidade das exigências estabelecidas na

legislação aplicável e no **Edital**.

- 13.5.1. Caso se verifique, previamente à abertura dos envelopes com a **Proposta Econômica**, que a **Garantia da Proposta** não atende aos valores mínimos exigidos no **Edital**, a **Licitante** será desclassificada e sua **Proposta Econômica** será descartada pela **Comissão de Especial de Licitação**.
- 13.5.2. Na ocorrência da hipótese prevista no Item 13.5.1, a divulgação das **Propostas Econômicas** descartadas será realizada na mesma forma e prazo para divulgação das **Garantias de Proposta** não aceitas, sem prejuízo de aplicação das penalidades previstas no presente **Edital**.
- 13.5.3. A **Comissão de Especial de Licitação** desclassificará a **Licitante** cuja **Proposta Econômica** não atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no **Edital** e, ainda, aquela cuja oferta esteja submetida a condição ou termo não previsto neste **Edital**.
- 13.6.As **Propostas Econômicas** deverão conter o valor da **Contraprestação**, cujo limite mínimo é de R\$ 0,00 (zero reais) e o máximo é de R\$ 438.850.000,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões oitocentos e cinquenta mil reais), e o **Valor de Tarifa de Pedágio**, cujo limite máximo é de R\$ 8,32294.
- 13.6.1. Caso a **Licitante** não apresente na **Proposta Econômica** escrita **Valor de Contraprestação** com limite mínimo previsto no item 13.6, a **Licitante** deverá ofertar o **Valor de Tarifa de Pedágio** em montante igual a R\$ 8,32294.
- 13.6.2. Caso a **Licitante** apresente na **Proposta Econômica** escrita **Valor da Contraprestação** com o limite mínimo previsto no item 13.6, a **Licitante** deverá ofertar **Valor de Tarifa de Pedágio** em montante igual ou inferior a R\$ 8,32294.
- 13.7.Iniciada a **Sessão Pública**, proceder-se-á à abertura da **Proposta**

Econômica, observando primeiramente o valor da **Contraprestação** ofertado, considerando o piso indicado no item 13.3.

13.7.1. Ato contínuo, proceder-se-á à classificação preliminar das **Licitantes** de acordo com as suas ofertas de **Valor da Contraprestação**, em ordem crescente.

13.7.2. Caso nenhuma **Licitante** apresente **Valor da Contraprestação** no limite mínimo, será verificada a diferença entre os valores ofertados, sendo habilitadas para a Etapa de Lances a **Licitante** classificada preliminarmente em primeiro lugar e as Licitantes que tenham ofertado **Valor da Contraprestação** até 20% (vinte por cento) superior ao menor valor apresentado.

13.7.3. Não havendo **Licitante** que atenda ao critério de habilitação para a Etapa de Lances, a **Concorrência** será encerrada, sendo declarada vencedora a Licitante que tenha ofertado o menor **Valor de Contraprestação**.

(i) Havendo **Licitantes** habilitadas para a Etapa de Lances, a **Concorrência** terá continuidade nos termos do item 13.9.

13.7.4. Se apenas uma **Licitante** apresentar proposta de **Contraprestação** no limite mínimo, essa será declarada vencedora, considerando também o respectivo **Valor de Tarifa de Pedágio** ofertado.

13.8. Na hipótese de mais de uma **Licitante** ofertar o **Valor da Contraprestação** com limite mínimo, a **Comissão de Especial de Licitação** as considerará habilitadas para a verificação das suas respectivas propostas de **Valor de Tarifa de Pedágio**, nos termos do Item 13.8.1.

13.8.1. Na hipótese do item 13.8, proceder-se-á à classificação preliminar das **Licitantes** de acordo com as suas respectivas ofertas de **Valor de Tarifa de Pedágio**, em ordem crescente.

- 13.8.2. Serão habilitadas para a Etapa de Lances a **Licitante** classificada preliminarmente em primeiro lugar, observado o procedimento previsto no item 13.8.1, e as Licitantes que tenham indicado **Valor de Tarifa de Pedágio** até 20% (vinte por cento) superior ao menor valor apresentado.
- 13.8.3. Não havendo mais Licitantes habilitadas para a Etapa de Lances, na hipótese do item 13.8.2, a **Licitante** classificada preliminarmente em primeiro lugar será declarada vencedora.
- 13.9. Na hipótese dos itens 13.7.2 e 13.8.2, terá início a Etapa de Lances, de acordo com o seguinte regramento:
- 13.9.1. O **Diretor da Sessão** poderá fixar um tempo máximo entre Lances;
- 13.9.2. Cada Lance ofertado deverá superar a) o Lance inicialmente ofertado pela própria **Licitante** e b) os Lances ofertados pelas outras **Licitantes** habilitadas, devendo ser respeitado o intervalo mínimo determinado pelo **Diretor da Sessão**;
- 13.9.3. Atingido o limite mínimo sobre o **Valor da Contraprestação** na **Proposta Econômica** escrita ou na Etapa de Lances, as **Licitantes** ofertarão Lances somente sobre o **Valor de Tarifa de Pedágio**, observando o disposto nos itens 8.2 e 13.9.2.
- 13.9.4. O **Diretor da Sessão** declarará o encerramento da Etapa de Lances quando, terminado o prazo dado para oferta de novos Lances, nenhuma **Licitante** se manifestar com novo Lance, declarando-se, ato subsequente, o resultado final da Etapa de Lances, em ordem crescente, e a **Licitante** vencedora; e
- 13.9.5. Imediatamente após o término da Etapa de Lances, as **Licitantes** que ofertarem lances na referida disputa deverão ratificar seus lances finais mediante a assinatura de termo de ratificação emitido pela **Comissão Especial de Licitação**,

conforme modelo constante do **Anexo 20 – TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROPOSTA ECONÔMICA FINAL**, mediante aposição de assinatura pelos respectivos representantes credenciados.

13.10. Havendo empate quanto ao Lance ofertado, aplicar-se-ão os seguintes critérios de desempate:

13.10.1. Caso o empate ocorra entre **Licitantes** brasileiras e estrangeiras, terão preferência as brasileiras.

13.10.2. Caso o empate ocorra entre **Licitantes** brasileiras ou entre **Licitantes** estrangeiras, a classificação será feita por sorteio, sendo a primeira **Licitante** sorteada a mais bem classificada.

13.11. A **Concessão** passará a ser regida exclusivamente pela Lei nº 8.987/93 e as cláusulas 1.1.3, 1.1.20, 1.1.22, 1.1.53, 1.1.110, 7.1.1.(ii), 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8, 22, 23.4, 23.4.1, 23.4.2, 23.7.1, todas da **Minuta de Contrato**, perderão a eficácia, caso alguma **Licitante** ofereça o valor de R\$ 0,00 (zero reais) para a **Contraprestação**.

13.12. A ordem de classificação das **Propostas Econômicas** será publicada nos sítios eletrônicos <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/> e <http://www.parcerias.mg.gov.br/>, nos termos do cronograma previsto no item 13.1 deste **Edital**.

13.13. Todos os atos praticados na **Sessão Pública** da **Concorrência** serão lavrados em ata assinada pela **Comissão Especial de Licitação**.

13.14. As demais **Licitantes** terão direito de vista, de maneira digital, da documentação encartada em todos os envelopes da **Licitante** vencedora.

13.15. A prática de atos pelas **Licitantes** em cada etapa da **Concorrência** está sujeita à preclusão, sendo vedado o exercício de faculdades referentes a etapas já consumadas da **Concorrência**,

salvo nas hipóteses admitidas no **Edital**.

14. Análise dos Documentos de Habilitação

14.1.A **Comissão Especial de Licitação**, com assessoria da **B3**, abrirá o volume dos **Documentos de Habilitação** apenas da **Licitante** que se classificar em primeiro lugar na **Sessão Pública da Concorrência**.

14.2.Caso ocorra a inabilitação da **Licitante** declarada vencedora, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, será declarada vencedora da **Concorrência** a **Proponente** classificada em segundo lugar.

14.3.A inabilitação da **Licitante** que tenha sido considerada vencedora implicará:

14.3.1. a abertura dos **Documentos de Habilitação** da **Licitante** que tenha sido classificada em segundo lugar, nos termos do Item 14.2, e assim sucessivamente até que uma **Licitante** cumpra com os requisitos da habilitação, caso em que será considerada vencedora; e

14.3.2. em havendo fraude, a fixação de multa equivalente ao valor da **Garantia da Proposta** e na execução integral da sua **Garantia da Proposta**.

14.4.A inabilitação de todas as **Licitantes** torna sem efeito a **Concorrência**.

14.5.Encerrada a análise dos **Documentos de Habilitação** da **Licitante** mais bem classificada, e caso essa tenha atendido a todas as exigências de habilitação estabelecidas neste **Edital** e na legislação vigente, será declarada **Licitante** vencedora pela **Comissão Especial de Licitação**, mediante publicação da ata de julgamento da licitação no **DOE/MG** e nos endereços eletrônicos <http://www.infraestrutura.mg.gov.br/> e <http://www.parcerias.mg.gov.br/>.



15. Recursos Administrativos

15.1. As **Licitantes** que participarem da **Concorrência** poderão recorrer das seguintes decisões:

- (i) Análise de **Garantia da Proposta**;
- (ii) Análise e classificação da **Proposta Econômica**;
- (iii) Habilitação ou inabilitação da **Licitante**;
- (iv) Aplicação das sanções e penalidades previstas no **Edital**; e
- (v) Anulação ou revogação da **Concorrência**.

15.1.1. o recurso deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data indicada no Evento 14 do Item 13.1, observando-se o rito e demais disposições estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/1993, e o regramento deste **Edital**.

15.1.2. o recurso interposto será comunicado às demais Licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.2. Os recursos e as impugnações aos recursos deverão ser dirigidos ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, por intermédio do presidente da **Comissão Especial de Licitação**, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou encaminhá-los à alçada competente.

15.3. Os recursos somente serão admitidos quando subscritos por representante(s) legal(is), **Representantes Credenciados**, ou procurador com poderes específicos ou pessoa substabelecida em tais poderes específicos, desde que instruídos com demonstração dos poderes, devendo ser enviados ao e-mail lotesrodoviaros@infraestrutura.mg.gov.br, identificados como segue:

RECURSO ADMINISTRATIVO

RELATIVO AO EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2021

At. Sra. Rayssa Rego Netto

Presidente da **Comissão Especial de Licitação**

- 15.3.1. Os recursos serão considerados interpostos na data de seu recebimento, exceto se a interposição se der após às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos, horário de Brasília).
- 15.3.2. Os recursos interpostos após às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos, horário de Brasília) serão considerados interpostos, para todos os efeitos, inclusive para a conferência de tempestividade, no dia útil imediatamente posterior.
- 15.4. Concluído o julgamento dos eventuais recursos, o resultado será divulgado no sítio eletrônico do **Poder Concedente** e publicado no **DOEMG**.

16. Homologação, Adjudicação e Assinatura do Contrato

- 16.1. O resultado da **Concorrência** será submetido ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pela **Comissão Especial de Licitação**, para homologação e posterior adjudicação.
- 16.2. A divulgação da **Licitante** vencedora e da adjudicação do objeto da **Concorrência** será realizada por meio de aviso a ser publicado no **DOEMG** e no sítio eletrônico do **Poder Concedente**.
- 16.3. Após a adjudicação do objeto da **Concorrência**, o **Poder Concedente** deverá celebrar contrato com Agente Depositário para o pagamento de no mínimo R\$ 268.000.000,00 (duzentos e sessenta e oito milhões), ou, caso inferior a este montante, do valor de Contraprestação ofertado na Proposta Econômica, a ser reajustado pelo IPCA, no período compreendido entre a data-base de outubro de 2021 e o último índice divulgado oficialmente, como condição para assinatura do **Contrato**.
- 16.4. Em até 60 (sessenta) dias após a publicação do ato de homologação, como condição para a assinatura do **Contrato**, a **Adjudicatária** deverá apresentar ao **Poder Concedente**:

- I. **Garantia de Execução do Contrato**, nos termos da **Minuta do Contrato**;
- II. prova de constituição da **SPE**, com a correspondente certidão do registro empresarial competente, bem como o respectivo comprovante de inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou, na hipótese de **Licitante** individual, prova de constituição de subsidiária integral ou holding na forma de sociedade por ações;
- III. minuta do estatuto social da **SPE** que não deverá conter disposições que sejam contrárias a este **Edital** e à **Minuta do Contrato** e seus respectivos **Anexos**;
- IV. comprovação de subscrição integral do capital social e do capital social adicional, e integralização do capital social obrigatório da SPE, nos termos do Item 8;
- V. apólices de seguro, nos termos da **Minuta do Contrato**;
- VI. comprovação de recolhimento da remuneração devido à **B3**, correspondente a R\$ 457.163,10 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e cento e sessenta três reais e dez centavos) pela **Adjudicatária**, atualizável pelo IPCA/IBGE após o período de 1 (um) ano, contado da data-base de março/2021, nos termos do **Anexo 21 - Manual de Procedimentos da B3**;
- VIII. comprovação de pagamento, pela **Adjudicatária**, mediante pagamento de boleto(s) emitido(s) pelo **BNDES**, do montante devido ao **BNDES**, nos termos do artigo 21 da Lei nº 8987/95 e do Contrato de Estruturação de Projetos nº 002/2020 (SEINFRA) e nº 19.2.0808.1 (BNDES), de 22/04/2020, celebrado entre o BNDES e o Estado de Minas Gerais, a título de remuneração variável de até R\$ 8.421.019,25 (oito milhões, quatrocentos e vinte e um mil e dezenove reais e vinte e cinco centavos).



- (i) Caso os valores cobrados pelo **BNDES** tenham sido inferiores ao máximo previsto no item acima, a eventual diferença entre os valores previstos e efetivamente pagos deverá ser deduzida do **Valor de Contraprestação**.

a. Caso não seja possível deduzir integralmente a eventual diferença, a Adjudicatária deverá pagar o saldo remanescente ao **Poder Concedente**.

VII. descrição da estrutura acionária e de gestão considerada para a **SPE**, contendo:

- a) descrição dos tipos de ações;
- b) identificação dos acionistas e suas respectivas participações por tipo de ação;
- c) indicação da composição societária da **Concessionária**, conforme aplicável, e de suas **Controladoras**, conforme definido na **Minuta do Contrato**, até o nível das pessoas físicas. Caso a **Controladora** da **SPE** seja fundo de participação em investimentos, o atendimento do presente item deverá considerar a existência de cotistas majoritários, ou de órgão e respectivos membros, com poder de influência para alterar o estatuto do fundo, detentores dos poderes análogos àqueles referidos na Lei Federal nº 6.404/1976, para fins de identificação do controlador;
- d) cópia dos acordos de acionistas da **SPE**, quando aplicável;
- e) identificação dos principais administradores, incluindo seus respectivos currículos;
- f) compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da **SPE** e adoção de contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei Federal nº 6.404/1976, nas normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conforme regulamentação específica;

- g) identificação das **Partes Relacionadas**, conforme definido na **Minuta do Contrato**, exceto para os fundos de investimentos.
- VIII. comprovação do efetivo de vínculo entre os **Profissionais Qualificados** e a **Adjudicatária**, nos termos do Item 10.26 do **Edital**;
- IX. termo de integridade devidamente assinado, nos termos do **Anexo 17**;
- X. o **Cronograma Original de Investimentos**, com cronograma físico-executivo das obras e investimentos definidos no **PER**, de acordo com as diretrizes apresentadas no **Contrato**;
- 16.4.1. Caso a **Adjudicatária** seja uma Licitante individual, antes da celebração do Contrato, deverá alterar o seu estatuto ou contrato social ou criar subsidiária integral para figurar como contratada, mantendo o mesmo controle acionário pré-existente à constituição da empresa.
- 16.4.1.1. A **Adjudicatária** poderá ainda constituir sociedade de propósito específico, que será sua subsidiária, com o objetivo de ser a única controladora da **SPE** a ser contratada.
- 16.5. Cumpridas as exigências constantes do Item 16.4, a **SPE** será convocada pelo **Poder Concedente** para assinatura do **Contrato**.
- 16.5.1. Após a assinatura do **Contrato**, a **SPE** poderá realizar

intervenções necessárias para atender os **Parâmetros de Desempenho** previstos no **PER** e as obrigações relativas ao início cobrança de pedágio e à operação, desde que respeitadas as exigências legais.

16.6.A **Adjudicatária** poderá constituir sociedade com natureza holding intermediária que possua a condição de única controladora da **SPE** que atuará como **Concessionária**, desde que seja mantida a relação de controle dessa sociedade com a **Adjudicatária**, estando eventuais trocas de controle nessas relações sujeitas a anuência do **Poder Concedente** nos termos do **Contrato**.

16.7.O prazo previsto no Item 16.4 e o prazo para assinatura do **Contrato** poderão ser prorrogados, por igual período, se solicitado durante o seu transcurso pela **Licitante** vencedora e desde que decorra de motivo justificado e aceito pelo **Poder Concedente**.

16.7.1. Se a **SPE**, ou qualquer de seus acionistas, regularmente convocados a assinar o **Contrato**, dentro do prazo de validade de sua **Proposta Econômica**, recusarem-se a fazê-lo, o **Poder Concedente**, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, aplicará multa correspondente ao valor integral da **Garantia da Proposta** e executará, imediatamente, o total da **Garantia da Proposta** apresentada pela **Licitante** vencedora, não ficando, todavia, a **SPE** ou qualquer de seus acionistas isentos da obrigação de pagamento de (i) outras multas e (ii) indenização das perdas e danos da Administração Pública, caso o valor da **Garantia da Proposta** não seja suficiente para o cumprimento de tais pagamentos. A mesma multa será aplicável caso as exigências prévias à assinatura do **Contrato** não sejam cumpridas.

16.7.2. Além do disposto no subitem anterior, a recusa em assinar o **Contrato**, sem justificativa aceita pelo **Poder Concedente**, dentro do prazo estabelecido, acarretará à **Adjudicatária** individual, ou, no caso de **Consórcio**, a todos os consorciados, a suspensão temporária de participação em licitação, o impedimento de contratar

com a Administração pelo período de 24 (vinte e quatro) meses e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, na forma da Lei.

- 16.8. Havendo recusa em assinar o **Contrato** no prazo e nas condições estabelecidos, recusa em constituir a **Garantia de Execução do Contrato** ou ocorrendo o não cumprimento de qualquer das exigências preliminares à sua assinatura, é facultado ao **Poder Concedente** convocar as **Licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições que foram apresentadas pela **Licitante** vencedora, seguindo o disposto nos itens 14.2 e 14.3 ou revogar a **Concorrência** total ou parcialmente, sem prejuízo das sanções administrativas e civis cabíveis.
- 16.9. Sem prejuízo do disposto no subitem acima, a Concorrência somente poderá ser revogada pelo Secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, mediante proposta da **Comissão Especial de Licitação**, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal revogação.
- 16.10. **O Poder Concedente**, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a **Concorrência** se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.
- 16.11. A nulidade da **Concorrência** implica a nulidade do **Contrato**, não gerando obrigação de indenizar por parte do **Poder Concedente**, caso ocorra previamente à **Data de Eficácia**.
- 16.12. A **Licitante** que tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados, estará sujeita à aplicação das sanções previstas no artigo 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93, com respaldo no artigo 88 da Lei nº 8.666/93, garantido o direito prévio ao contraditório e ampla defesa.

- 16.12.1. Se a prática de ato ilícito por parte da **Licitante** resultar na anulação da **Concorrência**, o **Poder Concedente** ficará isento da obrigação de indenizar, mesmo se declarada a nulidade após a **Data de Eficácia do Contrato**.
- 16.13. O **Poder Concedente** poderá, a qualquer tempo, adiar as etapas da **Concorrência**, nos termos da legislação aplicável, sem que caiba às **Licitantes** direito a indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título.
- 16.14. Na hipótese de o **Poder Concedente** vir a tomar conhecimento, após a fase de **Habilitação**, de que qualquer **Documento de Habilitação** apresentado por uma **Licitante** era falso ou inválido à época da apresentação dos **Documentos de Habilitação**, poderá desclassificá-la, sem que a esta caiba direito a indenização ou reembolso de despesas a qualquer título, sem prejuízo de indenização ao **Poder Concedente** e da aplicação das penalidades cabíveis.
- 16.15. A **Licitante** obriga-se a comunicar ao **Poder Concedente**, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de qualificação, imediatamente após sua ocorrência.
- 16.16. Sem nenhum tipo de comunicação adicional, serão inutilizados todos os volumes das **Garantias da Proposta** e dos **Documentos de Habilitação** que não forem retiradas pelas **Licitantes** não vencedoras no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do **Contrato**.
- 16.17. A **Concessionária** estará sempre vinculada ao disposto no **Contrato**, no **Edital**, na documentação por ela apresentada e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação e regulamentação brasileiras, em tudo relacionado à **Concessão**.

17. Foro

17.1. Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente **Edital**.

PARTE VI – ANEXOS

Constituem parte integrante do **Edital** os seguintes **Anexos**:

Anexo 1	Modelo de Carta de Apresentação da Proposta Econômica
Anexo 2	Modelo de Solicitação de Esclarecimentos
Anexo 3	Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta Econômica
Anexo 4	Modelo de Solicitação de Visita Técnica
Anexo 5	Modelo de Carta de Declaração de Dispensa de Visita Técnica
Anexo 6	Modelo de Carta de Apresentação da Documentação de Caráter Geral
Anexo 7	Termos e Condições Mínimos do Seguro-Garantia
Anexo 8	Modelo de Fiança Bancária
Anexo 9	Modelo de Procuração
Anexo 10	Modelo de Procuração de Licitante Estrangeira
Anexo 11	Modelo de Carta de Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal
Anexo 12	Modelo de Carta de Declaração de Inexistência de Processo Falimentar, Concordata, Recuperação Judicial, Extrajudicial ou Regime de Insolvência
Anexo 13	Modelo de Carta de Declaração de Ausência de Impedimento para Participação na Concorrência
Anexo 14	Modelo de Carta de Declaração de Capacidade Financeira
Anexo 15	Modelo de Declaração Formal de Expressa Submissão à Legislação Brasileira e de Renúncia de Reclamação por via Diplomática



Anexo 16	Modelo de Declaração de Equivalência
Anexo 17	Termo de Integridade
Anexo 18	Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade
Anexo 19	Minuta do Contrato e seus respectivos Anexos
Anexo 20	Modelo de Ratificação de Proposta Econômica Final
Anexo 21	Manual de Procedimentos da B3